



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681096 - DF (2021/0224803-5)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : RONEY PEIXOTO MARTINS E OUTRO
ADVOGADOS : JAMILE VASCONCELOS MIDAUAR - DF015858
RONEY PEIXOTO MARTINS - DF045181
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : IGOR GOMES DOS SANTOS (PRESO)
CORRÉU : SAMUEL JORDAN BARBOSA BELFORT
CORRÉU : JEAN ASSIS QUEIROZ LEANDRO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IGOR GOMES DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (HC 0722544-37.2021.8.07.0000).

O paciente foi denunciado pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, tendo o juízo de primeiro grau deferido o pedido ministerial de acesso de dados, afastando o sigilo dos aparelhos celulares indicados pelo *Parquet*.

Os impetrantes sustentam a nulidade da quebra de sigilo de dados tendo em vista que foram colacionados ao laudo pericial fotografias e imagens de eventos que ocorreram em data anterior ao prazo autorizado pelo magistrado.

Requerem, liminarmente e no mérito, que seja reconhecida a ilegalidade da obtenção das provas constantes no laudo n. 51.150/2021, com a imediata determinação da extração das mesmas do bojo dos autos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente